

Cidade de Pernambuco reinventa método Paulo Freire

Regis Farr

Cabo (PE) — Fotos de Natanael Guedes

CABO (PE) — Em um ponto de ônibus de Recife, Deoclécio, 58 anos, 14 filhos, espera condução para Cabo de Santo Agostinho, cidade a 40 quilômetros da capital. Examina bem cada homem ou mulher que entra na fila, redobra a atenção quando identifica um morador de sua cidade. “Naquilo que ele vai, eu vou também”, pensa, subindo no ônibus escolhido pelo conhecido. A cena — que se repetiu dezenas, centenas de vezes durante anos — acabou para Deoclécio, que, depois de alguns meses no curso de alfabetização de adultos do Cabo, já rabisca palavras e lê números.

Iniciado em março do ano passado, o projeto é uma reinvenção do trabalho realizado por Paulo Freire em Pernambuco até março de 64 e tem conseguido atingir seus objetivos: alfabetizar adultos e levá-los a raciocinarem criticamente sobre seu dia-a-dia. Um exemplo disso é Tereza Gonzaga da Rocha, 37 anos, 11 filhos vivos: proibida de frequentar as aulas pelo sogro, reagiu: “Ele disse que mulher velha, depois de parideira, não inventa de estudar. Respondi pra ele que mulher hoje não tem que viver só no fogão, que temos nossos direitos e não vou largar de estudar.”

Deoclécio e Tereza são dois dos 2.800 alunos do projeto que, aprovado em sua fase experimental, entra este mês em uma etapa nada desprezível: reduzir à metade, até o final de 1988, o número de analfabetos acima de 14 anos no município do Cabo, que é de 30 mil numa população de 130 mil pessoas. O trabalho é financiado pela Fundação Educar, mas não conserva nenhum ponto de contato com a longa e malsucedida tentativa de alfabetização do Mobral, antigo nome da Educar.

Vergonha — As diferenças são muitas, mas talvez a maior delas seja o tratamento que o professor dispensa aos alfabetizando, adultos humildes, de vida simples, envergonhados de assinar seus contracheques com uma impressão digital, mas ainda mais envergonhados de desempenhar pela primeira vez o papel de alunos.

Gari, Deoclécio Francisco do Nascimento é dispensado das duas horas iniciais de seu trabalho para as aulas diárias, em uma turma só de gari. Na última terça-feira, os alunos discutiam o trabalho e a cachaça, duas palavras geradoras do curso, a partir de cartazes dispostos diante dos alunos.

Deoclécio, que antes de pegar no lápis só pegava na enxada, como cortador de cana, e na pá da limpeza pública, pegou um pedaço de giz com bastante intimidade e escreveu no quadro-negro com todo o cuidado e orgulho: *trabio e caxa*, suas representações gráficas para trabalho e cachaça.

Josefa Costa da Silva, sua professora, não disse que estava errado, mas explicou ao aluno que, daquele jeito, ela entendia o que estava escrito, ele e seus colegas também, mas a forma de aqueles vocábulos serem entendidos por qualquer um era outra, que ela escreveu e todos copiaram.



Tereza, 37 anos, 11 filhos, brigou com o sogro, que não queria que ela estudasse

— É importante que eles se sintam valorizados, incentivados — explica Maria Adozinda Monteiro Costa, assessora do projeto, que trabalhou com Paulo Freire, seu primo, na década de 60. “Os alunos registram suas histórias como conseguem e depois os professores devolvem os textos *traduzidos* para a linguagem culta. Não podemos ficar apenas na linguagem popular, pois é importante que os pobres dominem a língua considerada culta — conta ela.

E eles valorizam o saber. “Eu era que nem um inseto”, diz Maria Severina da Silva, gari, 35 anos, cinco filhos. “Não sabia ler, fazer conta não sabia, e ficava com muita vergonha na hora de receber o salário e tinha que deixar o dedo lá. Hoje eu despertei mais até para a vida. Já *ajunto* as letrinhas e vou formando as palavras. Em casa, eu pego a cartilha dos meninos e vou descobrindo as palavras”, diz ela.

Como a maioria dos alunos, ela vê o domínio da escrita como importante passo na ascensão profissional: “Eu quero

aprender tudo, porque aí eu posso ficar no *birô*, com a caneta na mão, escrevendo.” A primeira atitude que ela tomou ao aprender a assinar o nome, este ano, foi pedir novo título eleitoral.

Resistência — Maria das Dores Nobre, 55 anos, oito filhos, netos de perder a conta, já sabia escrever o nome quando procurou um dos núcleos de alfabetização, esta semana, acompanhada por um dos netos, mais que um semianalfabeto, um álibi para ela ir à escola. O caderno vai escondido para o marido não ver e reclamar.

Resistência maior da família quem encontrou foi Tereza Gonzaga da Rocha, que mora em um barraco na Charneca, o bairro mais pobre do Cabo, com os 11 filhos, um neto e o marido. Sua história é hoje um dos textos usados pelos alfabetizadores:

— Um dia, diz meu sogro viu eu me aprontar para ir à escola e perguntou: “Pra onde a senhora vai, comadre?” Eu disse: para a escola. “Aproveite”, respondeu ele, “porque eu



Deoclécio (E) seguirá a Escola da Vida

vou falar com José (o marido) e só quero ver o que ele tem pra me dizer. A mãe dele não vai nem na feira pra não aprender certas coisas que tem nas cabeças de certas mulheres.

Esse obstáculo Tereza venceu. O que a preocupa é que, quando chega na aula, na sede da associação de moradores de seu bairro, “a cabeça põe para doer”. “Mas eu não me aperreio não e pode quem quiser *dar brabo* que eu continuo a estudar.”

Outra vantagem encontrou Maria Severina dos Santos, gari, 38 anos, sete filhos na escola: agora não depende mais deles para escrever cartas para seus parentes que moram em São Paulo ou para ler as que recebe.

Como outros alunos da primeira turma — como é o caso de Deoclécio —, Severina pretende seguir o Escola da Vida, curso intensivo de 15 meses que resume a três meses cada uma das primeiras séries do ensino regular. Cada qual tem a sua recompensa. “Eu me *trapaíava* muito, mas, agora, quando um filho se enrasca em alguma coisa eu já posso até ensinar”, diz Deoclécio.